

Frigdiano Álvaro Durántez Prados
Diretor da Cátedra FUNIBER de Estudos Ibero-Americanos e da Iberoфония

ABC TERÇA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 2024

LA TERCERA

FUNDADO, EM 1903, POR DON TORCUATO LUCA DE TENA

Espanhol e Brasil

FRIGDIANO ÁLVARO DURÁNTEZ PRADOS

“Tanto para a França, a Itália, quanto para a Alemanha foi concedido generosamente esse status, não por serem países semelhantes aos ibero-americanos – visto não são, não falam espanhol nem português –; porém, supostamente, “pelas significativas contribuições” que poderiam constituir o sistema multilateral ibero-americano. Hoje percebemos que essas nações, longe de contribuírem positivamente, têm agido com severidade e hostilidade contra os interesses da integração ibero-americana geral por meio de suas embaixadas no maior país da Comunidade Ibero-Americana, manobrando com luz e estenógrafos contra, nem mais nem menos, o interesse e o patrimônio linguístico ibero-americanos compartilhados”.

Quando, nos últimos dias, o Papa de Roma se dirigiu pública e diretamente em espanhol aos cidadãos de Timor-Leste, uma pequena nação de língua oficial portuguesa no extremo da Ásia, chegando a fazer sua multitudinária homilia nesse idioma, convém recordar as notícias que, no início do verão, impactaram negativamente em diferentes setores educacionais e diplomáticos do Brasil, da Espanha e da maioria dos países hispano-americanos: a embaixada da República Francesa em Brasília, com o apoio das embaixadas da Itália e da Alemanha, manobrou politicamente para impedir que o idioma espanhol fosse declarado pelo Parlamento brasileiro como obrigatório nas escolas do país. Além da declarada interferência na política interna brasileira por parte desses atores não americanos – interferência que analisaremos a seguir –, devem ser destacados vários elementos fundamentais dessa tentativa estéril de dinamitar ou limitar a crescente importância da língua espanhola no gigante sul-americano.

Em primeiro lugar, é necessário estabelecer a premissa de que qualquer decisão sobre a política interna ou externa do Brasil é prerrogativa soberana exclusiva dessa grande nação independente. Em outras palavras, o Brasil, por meio de seus representantes e de seus procedimentos legítimos e legais, decide o que considera alinhado e o que considera contrário aos seus interesses nacionais. Portanto, não foi uma embaixada europeia que impôs a medida aprovada pelo Parlamento brasileiro, mas uma decisão soberana da República Federativa do Brasil.

Dito isso, vale a pena analisar brevemente a medida em si. Em nossa opinião – e na opinião de muitos no Brasil –, a incorporação substantiva da língua espanhola na vida educacional, cultural, política e econômica do Brasil representa uma disposição fundamental para a projeção geopolítica global do país sul-americano. Se o Brasil almeja ser reconhecido como um “ator global”, ao lado dos outros BRICS (Rússia, Índia, China e África do Sul), com peso e influência nas diferentes regiões do mundo, primeiramente terá que ser um líder em sua própria região natural, a América do Sul, majoritariamente de língua espanhola. Para ser um líder aqui, é preciso conectar-se,

primeiramente, com a corrente linguística principal dos cerca de doze países que a cercam, sem contar os demais países hispanofalantes da América Central, do Caribe e da América do Norte. Considerando também a relação de intercompreensão entre o espanhol e o português – que faz o primeiro ser facilmente compreendido pelos falantes lusófonos –, a opção possível e realista é evidente.

No Brasil, historicamente, os governos mais nacionalistas, geralmente de direita, têm tradicionalmente limitado o conhecimento do espanhol e, paradoxalmente, a projeção regional e global do país. Por outro lado, os esquerdistas costumam ser mais inclinados à integração sul-americana e à adoção do espanhol; como consequência, conseguiram uma maior visibilidade para o Brasil no mundo. Porém, essa é uma questão diferente, assim como a capacidade restrita de qualquer governo brasileiro de implementar o ensino da língua espanhola em nível nacional.

Em segundo lugar, partindo do pressuposto anterior, é necessário elucidar como as ações de uma embaixada europeia, secundada por dois subalternos menores, foram mais poderosas do que vinte delegações diplomáticas de países hispanofalantes, quase todas na mesma região do Brasil, o que já foi classificado e denunciado, neste país, como uma ação assumidamente neocolonial e estrangeira extrarregional. Essa interferência foi, inclusive, justificada publicamente pela embaixada francesa com surpreendente cinismo, ao afirmar que se tratava de uma medida “em favor do multilinguismo”, quando se sabe que o único objetivo da França nessa área, inclusive declarado, é tentar restringir a presença e a projeção internacional do espanhol para garantir, em sua opinião, que o francês seja considerado o segundo idioma internacional depois do inglês, ultrapassando o espanhol. Isso é óbvio.

Nesse sentido, também vale a pena dedicar algumas linhas ao acompanhamento pouco útil das embaixadas da Itália e da Alemanha, que não têm nada a ganhar com essa controvérsia impulsionada por um terceiro Estado com interesses diferentes. O ensino do italiano e do alemão – idiomas com uma posição internacional muito diferente do espanhol ou do francês – já era respeitado pela lei alterada em áreas do Brasil onde havia uma forte presença de descendentes de imigrantes das nacionalidades correspondentes.

Nesse contexto, e diante de uma decisão tão importante dos brasileiros, as nações hispanofalantes e suas instituições representadas no Brasil teriam discutido com as autoridades e os representantes do país e explicado a sua posição favorável a um maior conhecimento da língua espanhola por razões de integração geral, mas sem a menor atitude intervencionista. Outros, no entanto, fizeram algo muito diferente, como demonstra o reconhecimento explícito das embaixadas europeias mencionadas em suas ações de “lobby”, de pressão direta, junto a políticos e parlamentares brasileiros.

Mas há também outra questão muito relevante, de natureza política, que pode dar margem a mais conversas: estamos nos referindo à cooperação, à coordenação político-diplomática e à integração ibero-americana em geral, representada pelo Sistema de Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo, que conta com a presença periódica do Rei da Espanha e dos presidentes ibero-americanos.

Em 2008, em resposta ao interesse internacional nas Cúpulas, foi estabelecida a categoria de “observador associado” na Conferência Ibero-Americana para os Estados

que compartilham afinidades linguísticas, culturais e/ou geográficas com os Estados Ibero-Americanos ou que, embora não as compartilhassem, poderiam fazer contribuições significativas. Acrescentou-se que os Estados solicitantes deveriam considerar expressamente o acervo constituído pelos princípios norteadores da Conferência. Entre os elementos fundamentais do acervo ibero-americano estão, justamente, as línguas espanhola e portuguesa, a chamada “base linguística comum”, mais conhecida hoje como iberofonia.

Tanto para a França, a Itália, quanto para a Alemanha foi concedido generosamente esse status, não por serem países semelhantes aos ibero-americanos – visto não são, não falam espanhol nem português –; porém, supostamente, “pelas significativas contribuições” que poderiam constituir o sistema multilateral ibero-americano. Hoje percebemos que essas nações, longe de contribuírem positivamente, têm agido com severidade e hostilidade contra os interesses da integração ibero-americana geral por meio de suas embaixadas no maior país da Comunidade Ibero-Americana, manobrando com luz e estenógrafos contra, nem mais nem menos, o interesse e o patrimônio linguístico ibero-americanos compartilhados. É triste, mas necessário, inclusive por dignidade, considerar a relevância de esses três países europeus poderem continuar a manter a categoria de observador associada à Conferência Ibero-Americana.

Afirmamos, em princípio, que essa tentativa de restringir o espanhol no Brasil era, afinal, “estéril”. Efetivamente é, porque, como os próprios atores envolvidos reconheceram, “o espanhol já é a escolha de 95% dos brasileiros que querem aprender um segundo idioma”.

Entretanto, essa é uma questão de princípios e de pragmatismo, como o Papa acabou de demonstrar na Ásia.

Frigdiano Álvaro Durántez Prados
Diretor da Cátedra Funiber de Estudos Ibero-Americanos e da Iberofonia